

VÁRIOS, *Os Mistérios do Além no Antigo Egipto. Colecção Egípcia do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*, Vila Nova de Gaia: Casa-Museu Teixeira Lopes, 2008, 100 pp., profusamente ilustrado, ISBN («Depósito: 273792/08»)

O Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto possui uma interessante colecção de antiguidades egípcias oferecidas pela Alemanha a Portugal em 1926, por troca com um lote de antiguidades assírias que o Governo português tinha confiscado num barco alemão surto no Tejo, em Fevereiro de 1916, pouco tempo antes de o nosso país entrar na Primeira Guerra Mundial. Essas peças, oriundas de escavações realizadas na Mesopotâmia (conduzidas pela Deutsche Orientgesellschaft), foram devolvidas à Alemanha dez anos depois, e este país retribuiu com a oferta de objectos egípcios e da Melanésia. Quanto aos mais de cem objectos egípcios que constituíam a doação, eles deram entrada na Faculdade de Letras do Porto, que foi depois extinta pelo Estado Novo, pelo que as antiguidades evocativas do país do Nilo passaram para a Faculdade de Ciências do Porto.

Como a colecção egípcia não era suficientemente conhecida, impunha-se a sua divulgação. Na verdade, desde há vários anos que se acalentava a ideia de publicar um catálogo deste muito significativo acervo, o qual ao longo dos tempos sofreu diversas vicissitudes. A mais decepcionante foi o «desvio» de peças, pois a lista do Museu de Berlim que regista a entrega do lote ao nosso país enumera 134 e hoje a colecção tem 103 peças. O lamentável desaparecimento de algumas peças terá certamente ocorrido no obscuro período que mediou entre o encerramento da Faculdade de Letras do Porto, em 1935, e a sua transferência para a Faculdade de Ciências do Porto em 1940, mas poderá também ter sucedido depois. Outra hipótese a considerar (que seria a preferível) é os objectos em falta se encontrarem no fundo de qualquer armário ou perdidos na reserva de materiais do Museu de História Natural – tal como aconteceu a algumas peças da colecção

egípcia do Museu Nacional de Arqueologia encontradas num armário depois de muitos anos de desaparecimento (ver *Cadmo*, 14, pp. 53-60).

Felizmente que a partir dos anos sessenta do século passado a colecção egípcia, que é um dos muitos e variados acervos que o Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto possui, e que estiveram expostos numa sala então designada por «Sala de Arqueologia e Pré-História Professor Mendes Corrêa», foi alvo de um zeloso cuidado por parte dos funcionários da instituição, cumprindo salientar, de entre eles, a abnegada dedicação do Dr. António Huet Bacelar, hoje reformado. Foi o Dr. António Huet Bacelar, com o empenhado incitamento do Professor A. Gonçalves Guimarães, director do Solar Condes de Resende, que conduziu o autor desta recensão ao conhecimento do inédito acervo egípcio.

A edição do tão desejado catálogo levou ao estudo da colecção, o que ocorreu em meados de 1994 graças a uma bolsa concedida ao signatário pela Fundação Calouste Gulbenkian, que possui ela própria, no seu magnífico Museu em Lisboa, um notável e famoso acervo egíptológico de nível internacional. Por outro lado, o estudo da colecção universitária portuense foi deveras proveitoso porque durante a curta estada no Porto foi possível conhecer os acervos egíptológicos do Museu Nacional de Soares dos Reis (oito objectos oriundos da antiga colecção John Allen) e do Solar Condes de Resende, em Canelas (vinte objectos do espólio de Marciano Azuaga), os quais estão publicados há vários anos.

Redigido o texto do catálogo da colecção egípcia do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, os anos foram passando, ficando-se a aguardar pela necessária verba para a sua edição, mas por motivos que não cabem na redacção desta recensão o texto original acabou por não ser publicado.

A oportunidade para a tão almejada edição surgiu quando a direcção da Casa-Museu Teixeira Lopes, com a superior anuência do pelouro da Cultura, Património e Turismo de Vila Nova de Gaia, decidiu expor o acervo portuense, tendo contratado os serviços de uma egiptóloga espanhola para a elaboração de um novo texto destinado ao catálogo que acompanhou a exposição temporária.

Esse catálogo, que aqui recenseamos, saiu em Fevereiro de 2008, e o seu modesto aspecto não se coaduna com a boa qualidade da colecção. Nele se apresentam as peças, em foto e em texto, embora falte logo de entrada o nome do autor dos textos descritivos dos objectos expostos, com o destaque merecido e que tradicionalmente

(e eticamente) se reserva nestas circunstâncias. Na verdade, o leitor não sabe quem foi o autor da descrição das peças do catálogo – neste caso foi a egiptóloga espanhola Maria Luz Mangado Alonso, cujo nome aparece secundarizado entre uma amálgama de nomes sem uma identificação clara da autora do catálogo propriamente dito, para que se possa saber a quem atribuir a redacção dos textos que descrevem as peças.

A verdade é que a p. 3, dedicada à ficha técnica, tem duas colunas, a da esquerda para a exposição, onde, entre outros nomes, consta o de Maria Luz Mangado Alonso como comissária científica, e onde figuram os comissários da exposição, o projecto de montagem (e é justo registar a qualidade do circuito expositivo), a assessoria técnica e outras funções. O que aparece na segunda coluna da ficha técnica é o seguinte: «Textos: Luís Filipe Menezes, J. C. Marques dos Santos, Mário Dorminsky, Jorge Eiras, Delfim Sousa, Maria Luz Mangado Alonso, Maria José Cunha».

Ora perante esta lista onomástica não se descortina verdadeiramente o autor dos textos fundamentais do catálogo, isto é, os verbetes descritivos de cada peça. Os nomes incluem Luís Filipe Menezes, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e durante cerca de seis meses presidente de um partido político, J. C. Marques dos Santos, reitor da Universidade do Porto, Mário Dorminsky, vereador da Cultura, Património e Turismo de Gaia, e que em Julho de 2008 determinou que a colecção fosse estudada por uma egiptóloga espanhola, Jorge Eiras, director do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Delfim Sousa, director da Casa-Museu Teixeira Lopes, Maria Luz Mangado Alonso, egiptóloga (cujo nome deveria, naturalmente, surgir em destaque como redactora dos textos principais), e Maria José Cunha, curadora e técnica superior do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Dir-se-á que é justo destacar todas as pessoas ligadas ao duplo evento (a mostra propriamente dita e a publicação do respectivo catálogo – que é o que fica depois da exposição temporária). A ser assim, e com tantos nomes reunidos para a edição deste pequeno catálogo, acaba por ser estranho (e deveras injusto), não se acrescentar o nome do Dr. António Huet Bacelar, o qual, ao longo de muitos anos, foi o responsável pela gestão das várias colecções do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, entre as quais o acervo egípcio. A ele se deve a boa preservação das peças

e o solícito apoio para o seu primeiro estudo, realizado em 1994, e depois não aproveitado.

As páginas iniciais (não numeradas) contêm textos de Luís Filipe Meneses (p. 6), J. C. Marques dos Santos (p. 7), Mário Dorminsky (p. 8), Jorge Eiras (p. 9), Delfim Sousa (p. 10) e Maria Luz Mangado Alonso, que tem dois textos na parte introdutória: o primeiro intitula-se «História e cronologia do Egipto faraónico» e consta de um resumo histórico (p. 11), um mapa de difícil leitura que torna quase impossível a identificação das localidades indicadas (p. 12) e uma tabela cronológica (p. 13). O que é na verdade insólito é o facto de a longa história do Egipto faraónico, com mais de três mil anos, ter ficado resumida a... dezanove linhas de uma coluna. Pode louvar-se a doura e notável capacidade de síntese, mas quem fica a perder são os leitores a quem é proporcionado tão magro texto – e o que é mais estranho é que a maior parte da página 11 ficou vazia, perdendo-se a oportunidade de facultar aos leitores mais elementos de apoio. Quanto à cronologia apresentada, nota-se a má redacção das dinastias, que no nosso país tem uma forma consagrada com a numeração antes (IV dinastia), como bem sabem os alunos do ensino básico. A Época Arcaica é chamada de «Período Tinita», e a «dinastia 0» deveria vir entre aspas, o que aqui não sucede. Na Época Baixa (aqui também designada por «Período Tardio»), surgem os «Kusitas» em vez dos Cuchitas, aparecendo englobadas numa «1.^a dominação persa» as XXVII, XXVIII, XXIX e XXX dinastias, o que não corresponde à verdade – só a XXVII dinastia é de origem aqueménida, as restantes são formadas por soberanos egípcios. O texto seguinte é da mesma egiptóloga, debruçando-se sobre «Coleccionismo, arte e mecenato: as colecções egípcias portuguesas» (pp. 14-17). É sempre gratificante notar como um especialista estrangeiro se interessa pelos objectos egípcios existentes em Portugal, e sobretudo apreciar o digno cuidado posto na consulta da bibliografia existente no nosso país sobre o assunto. Neste caso percebe-se que a fonte utilizada foi o catálogo da colecção egípcia do Museu Calouste Gulbenkian, saído há dois anos, e até vem citado o autor dessa obra. Mas no final do artigo, quando se enumera a bibliografia consultada (vastíssima em relação ao tema tratado) não vem lá mencionado o referido catálogo!

Seguem-se dois textos de Maria José Cunha, um dedicado ao Museu de História Natural da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (pp. 18-19), criado em 1996 como resultado de uma fusão com anteriores museus universitários, e outro evocando «A longa história

de uma colecção egípcia» (pp. 20-22), desde o confisco dos barcos alemães no rio Tejo (um dos quais, o «Cheruskia», trazia mais de quatrocentos caixotes com antiguidades assírias), até à cedência das peças egípcias pelo Museu Egípcio de Berlim (um museu alemão aqui designado pela desnecessária e inócua forma inglesa de «Egyptian Museum») e a sua instalação na «Sala de Arqueologia e Pré-História Professor Mendes Corrêa».

Depois começa o catálogo propriamente dito, o qual se divide em oito unidades temáticas, seguindo, no essencial, a proposta de finais dos anos noventa. No antigo projecto a divisão feita, inspirada no esquema gizado para a colecção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia (a maior do nosso país), era a seguinte: 1 – A Pré-história; 2 – Recipientes de pedra; 3 – Fragmento lítico; 4 – Objectos do quotidiano; 5 – Estatuetas funerárias; 6 – Amuletos; 7 – Escaravelhos; 8 – A mumificação; 9 – Objectos de bronze; 10 – O Egipto Greco-Romano. Para esta mostra e respectivo catálogo optou-se pela seguinte organização: 1 – Recipientes; 2 – Objectos de uso quotidiano; 3 – Amuletos; 4 – Escaravelhos; 5 – Mobiliário funerário; 6 – Estatuetas funerárias; 7 – Bronzes figurativos; 8 – Terracotas.

A primeira unidade apresenta os recipientes (pp. 25-36), que vêm designados como vasos e jarras (sem que se perceba os fundamentos para esta distinção), além das tigelas de aspecto grosseiro. Também não se percebe porque é que um dos mais toscos e deselegantes vasos deste grupo seja classificado como «esbelto» (n.º 2) e porque é que o boião de alabastro (n.º 20) seja indicado como um vaso, quando este tipo de recipientes globulares é habitualmente classificado nas colecções egípcias como boião. Também é frustrante a indicação, que se repete monotonamente em todos os casos, da procedência dos objectos como «Desconhecida no Egipto» – não é verdade, em vários casos sabe-se de onde vieram as peças: é o caso dos vasos com os números 1, 2, 4, 5, 10, 11 e 12, que são oriundos de Abusir el-Melek, tal como as tigelas 8 e 9; já os vasos 14 e 15 vieram de Nagada (escavações de Flinders Petrie). Estas e outras informações, muito úteis para a redacção do catálogo, constam na lista do Museu Egípcio de Berlim, que deveria ser consultada para a sua redacção. Nesta primeira unidade nota-se ainda outro lamentável equívoco: os vasos de boca negra n.ºs 17 e 18, são aqui datados da «Época Pré-dinástica (3500-3300 a. C.)» e atribuídos à cultura de «Nagada II», o que é falso – eles datam dos finais do III milénio ou inícios do II milénio, e nem sequer são egípcios, são magníficos exemplares dos recipientes brunidos da cultura núbica

de Kerma (onde George Reisner procedeu a escavações na primeira década do século XX).

A segunda unidade trata dos objectos do quotidiano (pp. 38-44) e abre com dois seixos polidos (n.ºs 22 e 23) destinados à maceração de produtos nas paletas, e indicados como de procedência desconhecida, quando se sabe que foram encontrados em Abusir el-Melek, tal como as paletas n.ºs 24, 25 e 26, oriundas do mesmo sítio arqueológico. A paleta n.º 20, que representa esquematicamente um peixe, possibilitou à autora dar largas à imaginação, pois o pequeno orifício que a peça apresenta no dorso foi visto como um «olho do animal». Quanto aos colares n.ºs 27 e 28, também oriundos das escavações em Abusir el-Melek (embora o catálogo não o diga), são da Época Pré-dinástica, e não do Império Novo ou Época Baixa, como é sugerido.

Os amuletos foram reunidos na unidade 3 (pp. 46-54), sendo de lamentar que a imagem do olho mágico de Hórus (n.º 40), o *udjat*, mal se perceba na escuridão da foto. Também não deixa de ser lamentável ler na descrição do amuleto em forma de coração (n.º 39) que ele é um «vaso» e que «possui tampa e duas asas laterais para segurá-lo», interpretando assim desajeitadamente os detalhes anatómicos do amuleto cordiforme. O último objecto é um amuleto que representa o deus Ptah (n.º 48), cuja figurinha se apoia num pilar dorsal, como é típico, mas aqui o texto informa que «a figura possui na parte posterior uma pilastra que percorre todas as costas» (!?).

Seguem-se os escaravelhos, que constituem a unidade 4 (pp. 56-61), e é neste grupo que melhor e mais chocantemente se verifica a impreparação da autora para um trabalho deste tipo, com interpretações abusivas e inventadas, e por vezes aberrantes. Apenas se dão aqui alguns exemplos: o escaravelho n.º 50 exhibe na base um conjunto de hieróglifos desajeitados, mas que ainda assim poderão ser interpretados, salvo melhor opinião, como: «O deus beneficente (*netjer nefer*), senhor das Duas Terras (*neb Tau*), Menkheperré (prenome de Tutmés III)», vendo-se ainda o nome do deus Amon. Mas a egiptóloga Maria Luz Mangado Alonso propõe a seguinte leitura: «Nascido de Amon, Menkheperré, sua majestade o deus, senhor das duas terras» (a palavra majestade, que em egípcio é *hem*, não consta no texto). No exemplar n.º 52 pode ler-se na base o nome de Nebmaetré (prenome do rei Amenhotep III), que em português se pode traduzir por «Ré é senhor de *maet*», mas a tradução do catálogo propõe «Nebmaetré Senhora Maet de Ra» (!). Pior ainda passou-se com o escaravelho n.º 57, o qual possui na base uma inscrição com uma versão do capí-

tulo 30 do «Livro dos Mortos», que até é fácil de ler, mas que aqui não vem traduzida. E porquê? A autora diz que «a inscrição está escrita em caracteres hieráticos»... Não é verdade, são signos hieroglíficos que alguns alunos da Faculdade de Letras de Lisboa até poderiam ler e traduzir!

O mobiliário funerário foi reunido na unidade 5 (pp. 63-73) e começa com um fragmento de um relevo lítico com o desenho de um vaso. Diz o texto explicativo que acompanha a imagem que se trata de um relevo «procedente de um túmulo» – mas como se prova esta afirmação? E porque é que se data a peça do Império Novo? A autora não explica como é que chegou a esta conclusão – mas com um empenhamento mais sério, consultando a documentação do Museu Egípcio de Berlim, ficaria a saber que a peça foi obtida em Abusir, no templo funerário de Sahuré, da V dinastia (Império Antigo), como resultado de escavações ali feitas pela Deutsche Orientgesellschaft. Por isso é que, de uma forma cautelosa, o anterior projecto isolava este fragmento lítico, retirando-o da unidade da mumificação, porque a peça não é oriunda de um túmulo. A peça mais importante desta unidade é sem dúvida o sarcófago (n.º 60), acerca do qual o texto do catálogo faz uma descrição incompleta e com erros. Como esta peça será em breve tema de um artigo específico, apenas se chama aqui a atenção para a imprópria designação dada ao signo *ankh*, que não é a «cruz da vida», nem o papiro é «*ud3*» (é *uadj*). Por outro lado, podia ser revelado o nome do proprietário do sarcófago, que é o sacerdote Pakharu, mas o texto é omissivo. Quanto à máscara funerária dourada (n.º 62), tem numa das imagens pintadas no prolongamento da cabeleira a deusa Néftis com o deus Anúbis, mas a autora vislumbrou lá o deus Set (?!). Mais à frente, os conhecidos vasos de vísceras são chamados incorrectamente «vasos canópicos».

A unidade 6 inclui as estatuetas funerárias (pp. 75-85), e é porventura a mais decepcionante do catálogo. Antes de mais, não se pode chamar *chauabtis* a todas as estatuetas funerárias, dado que a partir de finais da XXI dinastia são conhecidas por *uchebtis*, isto é, «os que respondem» (do verbo *ucheb*, responder). Mas aqui todas as vinte estatuetas do grupo são abusivamente designadas por *chauabtis*, e raras vezes se apresentam as traduções dos textos – e mesmo quando algumas são facultadas apenas revelam uma imaginação delirante! E isto para já não falar das várias transliterações incorrectas que deixariam um aluno da cadeira de Escrita Hieroglífica seriamente escandalizado... Começa logo com o primeiro exemplar, que exhibe o

nome de Buken, mas que a autora leu «Busenhut» sem dar qualquer justificação para a leitura proposta. A estatueta n.º 72 apresenta um exórdio habitual neste tipo de textos, que aliás os alunos bem conhecem: «Que brilhe (*sehedj*) a Osíris dona de casa (*nebet-per*) Taihem... (não se consegue ler o resto do nome)» – pois Maria Luz Mangado Alonso descortinou lá o seguinte: «O Osíris iluminado, senhora da casa Aihmert». E mais espantosa é a tradução da inscrição presente na estatueta n.º 70, que é relativamente simples, mas onde a autora leu: «Sua majestade, o deus Osíris, a Amon, o Iluminado, Pa-per-depet(?)-nbw (?)». O texto diz, com toda a clareza: «Osíris, sacerdote de Amon, Nesipapernub, justificado» – e ele é um belo e elucidativo exemplo de um texto típico das estatuetas funerárias da XXI dinastia. Por ele se percebe a importância do título-nome de Osíris com que, regra geral, começavam estes textos, depois o cargo da personagem, que neste caso era sacerdote de Amon (*hem-netjer en Amon*), em seguida o nome do defunto (Nesipapernub), e por fim o remate de «justificado» ou «justo de voz» (*maé-kheru*), atribuído aos que tinham comparecido no tribunal de Osíris e declarado a sua inocência para poderem seguir para o Além. Quanto às três últimas estatuetas funerárias do grupo, são excelentes exemplos dos *uchebtis* de faiança da Época Baixa, com desenvolvidos e muito instrutivos textos que registam o capítulo 6 do «Livro dos Mortos» – mas a autora não se deu ao trabalho de os traduzir e facultá-los aos leitores.

Os bronzes figurativos inserem-se na unidade 7 (pp. 87-90), começando com uma estatueta da deusa Neit, em cuja base está uma inscrição de difícil interpretação. Ora, nestes casos, quando o investigador não tem a certeza do que lê, limitar-se-á a proporcionar ao leitor uma versão parcial, que parece ser: «Que Neit conceda a vida (*di ankh*) a (nome do beneficiário ilegível), filho de Padiamon» – e por aqui se quedaria a proposta de tradução, porque não se percebe o resto, lamentando-se que não possa ser dado o nome do beneficiário da concessão da vida. Mas a egiptóloga convidada pela Casa-Museu Teixeira Lopes oferece aos leitores a seguinte tradução esclarecedora: «O rei que dá vida?? Hr rpt??,?? Horus em tempo ?? Mwt ?? Mr Imn, Mãe ??, amada de Amon Di n N'it que dá Neit». É isto, exactamente, o que consta no catálogo, para perplexidade do leitor. A estatueta seguinte representa o célebre boi Ápis, que, segundo o texto, tem um toucado sobre a cabeça – na verdade não está lá qualquer toucado, trata-se da tradicional cornamenta com o disco solar de onde sai a serpente sagrada (que o texto não refere).

A última unidade é constituída pelas terracotas (pp. 92-98), e, para terminar de uma forma consentânea com a debilidade do trabalho produzido, diz que a lucerna n.º 92 tem em cima a representação de «uma tartaruga». É um erro inadmissível num catálogo, porque é bem conhecida a tipologia das lucernas egípcias da Época Greco-Romana que apresentam junto do orifício superior de alimentação a imagem de uma rã (estas peças são até designadas pelos especialistas como *froglamps*). Finalmente, lamenta-se que a lanterna de cúpula (n.º 96) seja apresentada como um «altar», e que a bela estatueta de terracota representando o deus Bés (n.º 101) não tenha sido aproveitada para explicar a rica iconografia ligada a esta popular divindade que a boa coroplastia da figura permitia enfatizar.

Restaria assinalar que a tradução de Cláudia Almeida não foi totalmente feliz na adaptação para as formas portuguesas, ficando alguns nomes à moda espanhola, e que o trabalho de fotografia, a cargo de Manuel Santos e Luís Pedrosa, em geral bom, tenha deixado algumas imagens demasiado escuras e outras com tamanhos desproporcionados (conviria atender às medidas das peças, que até vêm indicadas em cada verbete).

Outro aspecto que se lamenta foi a escolha de um diminuto corpo de letra para o volume, opção que se estranha atendendo a que há muito espaço em branco nas páginas, sobretudo nos textos introdutórios, espaço que poderia ser melhor preenchido com texto elaborado num corpo de letra superior (ao menos o corpo 12). Assim como está, obriga desnecessariamente a forçar a vista – e quem sofre é o leitor, que, neste como noutros casos, acaba por ser vítima de «inovadoras» congeminações de gráficos com a mania de serem criativos e «diferentes»... Como se já não bastassem as informações erradas que se colhem nos textos «explicativos» de algumas peças desta muito interessante colecção que merecia um melhor e mais digno tratamento.

Luís Manuel de Araújo

DOUGLAS J. BREWER e EMILY TEETER, *Egypt and the Egyptians*, 2.ª edição, Cambridge: Cambridge University Press, 2007, 256 pp., ISBN 10-0-52161689-1

Este volume vem, em boa hora, actualizar e melhorar a 1.ª edição da obra, que é de 1999, também da Cambridge University Press,